

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.799 - SP (2019/0125138-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS**
PROCURADOR : **ÂNGELA LÚCIA GUERHALDT CRUZ E OUTRO(S) -**
SP119745
AGRAVADO : **DENISE ALEXANDRE PERIN**
AGRAVADO : **MARIA HELENA MALAVOLTA**
AGRAVADO : **CLEUZA BARROCAL CONTINI**
AGRAVADO : **LISANGELA PEREIRA DA SILVA**
AGRAVADO : **MARIA DO CARMO ALMEIDA SOARES DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **ALICE LEIKO NAKATSUGI FERNANDO**
AGRAVADO : **SILVANIA MARTA RAPOSO**
AGRAVADO : **GESELMA DOS PASSOS CHAGAS**
AGRAVADO : **MARILDA APARECIDA GUILHERME**
ADVOGADOS : **MAURO FERREIRA DE MELO - SP242123**
HÉLIO FERREIRA DE MELO - SP284168
MAURO FERREIRA DE MELO JUNIOR - SP363014

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **Município de Martinópolis**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: (I) inexistência de violação ao art. 535 do CPC/73; e (II) que rever o entendimento da Turma Julgadora implicaria no reexame dos elementos fáticos que serviram de base à decisão recorrida, conforme óbice da Súmula 7/STJ.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a incidência da Súmula 7/STJ.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30.11.2018.

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não** conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

